



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

SEGREGAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS DE 2002 E 2014

Ana Márcia Rodrigues da Silva (1); Débora Juliene Pereira Lima (1); Edna Raimunda Teodoro (2).

(1) Universidade Federal de Alfenas, anamarcia.rodrigues@gmail.com; (1) Universidade Federal de Alfenas, deborajplima@gmail.com; (2) Universidade Federal de Alfenas, ednateodoro@yahoo.com.br.

Resumo: O mercado de trabalho brasileiro é marcado historicamente pela segregação e discriminação das mulheres. Elas recebem salários inferiores, mesmo sendo mais escolarizadas, e representam minoria na ocupação de cargos de liderança. Diante disto, por meio deste trabalho objetiva-se analisar a segregação de gênero do mercado de trabalho brasileiro. Para isso, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2002 e 2014, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), extraídos por meio do software STATA. Esses microdados revelam que há predominância de homens nas funções de chefia, ao passo que as mulheres ocupam, em sua maioria, os cargos subordinados. As categorias de trabalho que pagam as maiores remunerações (como cargos de liderança e profissões como de juiz/a) ainda são predominantemente ocupadas por homens. Enquanto isso, as mulheres são a maioria no setor de limpeza, por exemplo. Além disso, verifica-se que a proporção de homens com carteira assinada é maior que a de mulheres. Em 2002, os percentuais de homens e mulheres que possuíam carteira assinada eram respectivamente de 31,64% e 24,38%. Em 2014, os respectivos percentuais eram de 41,22% e 34,38%. Os dados também revelaram que as mulheres possuem maior escolaridade que os homens, o que permite concluir que a desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro não está relacionada com a qualidade produtiva, mas com a discriminação.

Palavras-chave: Segregação; Mulheres; Mercado de Trabalho.

1 Introdução

O mercado de trabalho brasileiro passou por transformações que possibilitaram o aumento da inserção das mulheres. No entanto, essa inserção foi marcada por desigualdades.

As desigualdades podem ser analisadas pela persistência da segregação ocupacional e setorial. Isto porque, os homens e mulheres não exercem os mesmos tipos de trabalho e também não se distribuem uniformemente entre os setores da atividade econômica (GALLEAZI et al, 2003).

Apesar de terem aumentando seu nível de escolaridade e suas qualificações, as mulheres ainda são minoria na ocupação de cargos políticos e de liderança. Além disso, auferem as menores remunerações.

Por tratar-se de um problema relevante, que afeta a condição de vida das mulheres, por meio deste trabalho objetiva-se analisar a segregação de gênero no mercado de trabalho brasileiro. Para investigar se esses problemas ainda persistem foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

referentes aos anos de 2002 e 2014. Esses microdados foram utilizados para verificar o nível de escolaridade, a taxa de ocupação, o ramo das atividades que as mulheres estão inseridas e a proporção de mulheres e homens que trabalharam na semana de referência.

Este trabalho está dividido em cinco seções. Na segunda seção são apresentadas algumas considerações sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho e as desigualdades de gênero no ambiente produtivo. Na terceira seção é apresentada a metodologia. Na quarta seção estão os resultados e a discussão. Por fim, na quinta seção apresentam-se as considerações finais.

2 A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro

As mulheres se inseriram no mercado de trabalho por volta da segunda metade do século XX, quando sua taxa de participação¹ se ampliou de maneira contínua, sem importantes variações diante das diversas conjunturas econômicas (GALEAZZI et al., 2003).

De acordo com Cheron e Esping (2009), neste período abriu-se espaço para

inserção das mulheres no trabalho fora do lar. Isto retratava também uma necessidade econômica por conta perda de valor real dos salários.

Durante a década de 1970 houve expansão da participação feminina no mercado de trabalho, principalmente das mulheres de classe média. Para Leone e Hoffmann (2004), com o aumento da participação das mulheres na atividade econômica, houve também o aumento da sua contribuição para a renda familiar.

Essa inserção ocorreu em função das transformações no sistema produtivo. Entre elas, destacam-se, o crescimento da urbanização e a expansão dos setores modernos da economia, e também das mudanças nos valores culturais e nas práticas sociais (OLIVEIRA, 2003).

Conforme Oliveira (2003), as conquistas das mulheres durante esse período de transformações foram muitas. Elas passaram a ocupar funções mais valorizadas e qualificadas no espaço profissional. Outra conquista importante foi na legislação. Pode-se destacar a busca pela igualdade e o combate à discriminação no ambiente de trabalho.

Fatores como o aumento da escolaridade, a redução da fecundidade associada à expansão do número de divórcios, contribuíram para a inserção das mulheres em cargos tradicionalmente ocupados por homens, como cargos de

¹ A taxa de participação é a $(PEA/PIA) \times 100$, onde PEA é a População Economicamente Ativa e a PIA é a População em Idade Ativa. Ela é representada, portanto, pelas pessoas com mais de 10 anos que estão ocupadas ou procurando por trabalho.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

direção e chefia. Assim, a mulher deixou de estar vinculada somente ao serviço doméstico e passou a ocupar funções de liderança (MIRANDA; MAFRA; CAPPELLE, 2012).

Segundo Costa e Oliveira (2003), as mulheres alcançaram um espaço significativo no mercado de trabalho. Todavia, sua inserção foi marcada pela a persistência da desigualdade em relação aos homens. Estas desigualdades podem ser observadas entre os rendimentos auferidos e na própria qualidade do emprego.

Desta forma, os homens ainda representam maioria nos postos de trabalho de liderança e auferem as maiores remunerações. Esse aspecto é conhecido como segregação ocupacional de gênero.

A segregação ocupacional é uma característica histórica do mercado de trabalho no Brasil. Ela se manifesta quando os indivíduos tendem a trabalhar em diferentes ocupações, mesmo sendo igualmente qualificados e produtivos. A cor e o gênero acabam sendo os fatores determinantes para a ocupação de certos postos de trabalho.

Nesse sentido, a segregação diz respeito a uma assimetria na contratação de trabalhadores. Esta assimetria ocorre de acordo com o sexo, a cor, a nacionalidade e a própria qualificação. Com isso, os

trabalhadores se concentram em segmentos distintos (RIBEIRO; ARAÚJO, 2016).

A segregação de gênero ocorre quando as mulheres ocupam, majoritariamente, determinadas atividades produtivas e os homens, outras. Isto é evidenciado pelos dados do IBGE do ano de 2009 que revelaram que as mulheres ainda ocupam, em sua maioria, postos de trabalhos relacionados ao seu papel histórico, como o trabalho doméstico, por exemplo.

Em 2009, as mulheres estavam, em sua maioria, na administração pública (63,2%) e nos serviços domésticos (94,5%). Nas demais atividades elas são minoria, principalmente na construção (5,1%) e na indústria com (36,4%).

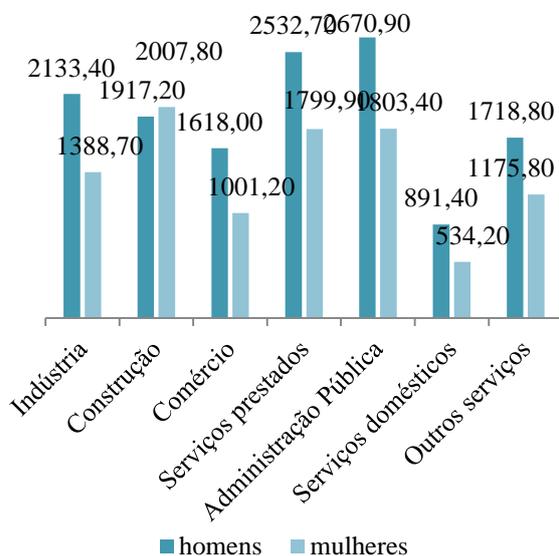
No que se refere aos rendimentos, as diferenças de rendimentos variam conforme situações ocupacionais ou atributos. As condições de desigualdades nas quais as mulheres se encontram podem ser percebidas nas remunerações inferiores que elas recebem. Essas diferenças de ganhos podem ser verificadas mesmo em situações nas quais elas possuem os mesmos atributos produtivos, o que revela a discriminação vivenciada entre os gêneros (GALEAZZI *et al.*, 2003). Ainda conforme os dados do IBGE, no Gráfico 1 apresentam-se os diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres no ano de 2009.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Gráfico 1 – Rendimento médio habitual da população ocupada, com 11 anos ou mais de estudos, segundo grupamentos de atividade em 2009, considerando a média das estimativas mensais



Fonte: IBGE (2010).

Pode-se verificar pelo Gráfico 1 que os rendimentos das mulheres são inferiores aos dos homens. A média anual entre os seus rendimentos indicam que as mulheres recebiam 72,3% dos rendimentos dos homens em 2009.

3 Metodologia

Para investigar a segregação de gênero no mercado de trabalho brasileiro, foi realizado um estudo descritivo, transversal com abordagem quantitativa. Neste intuito, foram utilizados os microdados da PNAD dos anos de 2002 e 2014.

A PNAD é realizada anualmente e permite que a obtenção de informações

demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, escolaridade, rendimentos, categorias de trabalho, entre outras. A PNAD foi escolhida para essa pesquisa em função da sua periodicidade anual, o que permite a investigação para os anos escolhidos. Além disso, ela permite uma investigação das categorias de ocupação e dos indivíduos por posição na ocupação. Para extração dos microdados da PNAD foi utilizado o software STATA.

A partir da extração de dados, para o alcance do objetivo estabelecido foram realizadas análises por meio de estatísticas descritivas das variáveis (proporção de mulheres e homens que trabalharam na semana de referência, percentual de homens e mulheres por posição na ocupação, percentual de homens e mulheres conforme ocupações específicas e nível de escolaridade). Os resultados estão apresentados na próxima seção.

4 Resultados e Discussão

Na Tabela 1 apresenta-se o percentual de homens e de mulheres que trabalharam na semana de referência da pesquisa nos anos de 2002 e 2014.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Tabela 1 – Percentual de homens (H) e mulheres (M) que trabalharam na semana de referência aos anos de 2002 e 2014 no Brasil

Trabalhou	2002		2014	
	H	M	H	M
Sim	65,3	41,2	64,8	44,0
Não	34,6	58,7	35,1	55,9

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

Na Tabela 1, nota-se que em 2002 o percentual de mulheres que trabalharam era de 41,2%, enquanto 65,3% dos homens trabalharam. Já no ano de 2014, o percentual de mulheres que trabalharam aumentou para 44,0%, ao passo que o percentual de homem alterou-se ligeiramente para 64,8%. Com isso,

percebe-se que os percentuais alteraram-se muito pouco com ligeiro aumento do percentual de mulheres que trabalharam.

Na Tabela 2, tem-se o percentual de mulheres e homens por posição na ocupação para os anos de 2002 e 2014. O percentual de homens e mulheres por posição na ocupação revela que a proporção de homens com carteira assinada é maior do que a proporção de mulheres com carteira assinada nos dois anos. Entre os funcionários públicos, as mulheres estiveram em maior número, tanto no ano de 2002 (9,06%), como no ano de 2014 (10,26%).

Tabela 2 – Proporção de mulheres (M) e de homens (H) por posição na ocupação nos anos de 2002 e 2014 no Brasil (%)

Posição na ocupação	2002		2014	
	H	M	H	M
Trabalhador com Carteira de trabalho assinada	31,6	24,3	41,2	34,3
Funcionário público	4,7	9,06	4,91	10,2
Trabalhador sem carteira de trabalho assinada	22,8	13,6	16,5	12,2
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	0,6	4,0	0,4	4,1
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	0,6	13,5	0,4	9,9
Empregador	5,3	2,6	4,5	2,3
Não remunerado	5,4	9,0	1,9	4,0

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

Os trabalhadores domésticos com carteira assinada e sem carteira assinada foram representados pelas mulheres em sua maioria. A maior parte dos empregadores é formada por homens (5,33% em 2002 e 4,52% em 2014). A proporção de mulheres empregadoras foi de 2,61% em 2002 e 2,33% para o ano de 2014.

Segundo Lima et al. (2013), mesmo quando as mulheres conseguem inserirem-se em níveis mais altos de hierarquia, dentro de uma organização, por exemplo, elas sofrem com discriminação e conflitos entre trabalho *versus* família. Na tabela a seguir tem-se o percentual de homens e mulheres entre legisladores e cargos de liderança.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Tabela 3 – Percentual de homens e mulheres em categorias de ocupação de legisladores e de cargos de liderança para os anos de 2002 e 2014 no Brasil

Ocupação	2002		2014	
	H	M	H	M
Legisladores do poder público	88,89	11,11	88,71	11,29
Dirigentes gerais da Administração Pública	92,96	7,14	94,44	5,56
Diretores de empresas e organizações	73,56	26,44	70,65	29,35
Gerentes de produções e operações	69,82	30,18	65,49	34,51

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

Com base na Tabela 3, demonstra-se que nas ocupações de legisladores do poder público, as mulheres tiveram menor participação (11,11% no ano 2002 e 11,29% no ano de 2014). Os dirigentes gerais da Administração Pública são homens em sua grande maioria nos dois anos analisados (92,96% em 2002 e 94,4% em 2014). Os diretores de empresas e gerentes de produção também foram representados por homens na sua maioria. Esses dados revelam que os cargos de direção, que estão associados a uma maior remuneração e prestígio social, são ocupados por homens em sua grande maioria.

Por outro lado, no setor de limpeza o cenário se inverte como pode ser visto na Tabela 4. Essa ocupação foi escolhida por estar ligada ao trabalho doméstico, onde as mulheres sempre foram maioria.

Tabela 4 – Percentual de homens e mulheres no setor de limpeza nos anos de 2002 e 2014 no Brasil

Gênero	2002	2014
Homens	7,29	8,13
Mulheres	92,71	91,87

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

Como se mostra na Tabela 4, a atividade de limpeza é caracterizada pela maior participação feminina (92,71% no ano de 2002 e 91,87% no ano de 2014). A participação dos homens nesse setor foi de apenas 7,29% em 2002 e de 8,13% em 2014.

Na Tabela 5, apresenta-se a participação de homens e de mulheres que atuam como professores/as em diferentes níveis de ensino.

Tabela 5 – Percentual de homens (H) e de mulheres (M) ocupados/as como profissionais do ensino nos anos de 2002 e 2014 no Brasil

Nível de ensino	2002		2014	
	H	M	H	M
Ensino infantil	0	100	3,8	96,2
Ensino fundamental	6,54	93,46	10,21	89,79
Ensino médio	33,05	66,95	38,44	61,56
Ensino Superior	49,3	50,7	48,76	51,24

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

No ano de 2002 os profissionais do ensino infantil eram mulheres na sua



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

totalidade. No ensino fundamental os homens representavam 6,54% e as mulheres 93,46%. Pode-se verificar pelos dados da Tabela 5 que à medida que o nível de ensino se eleva, aumenta a participação dos homens e diminui a participação das mulheres.

Apesar dos homens terem aumentado sua participação nos níveis de escolaridade mais elevada, as mulheres ainda se mantêm em maioria em todos os níveis. No ensino superior, a diferença de participação entre os gêneros é menor do que nos outros níveis de ensino, sendo que em 2014 as mulheres representavam 51,24% do total e os homens 48,75% (Tabela 5).

Isso demonstra que as mulheres representam a maioria dos profissionais no setor da educação. Pode-se perceber, no entanto, que a diferença na quantidade de mulheres e homens na atividade de ensino se reduz na medida em que aumenta o nível de ensino.

Na Tabela 6, têm-se trabalhadores e trabalhadoras das áreas de ciências jurídicas, ciências exatas e ciências da saúde e comunicação nos anos analisados. Pode-se verificar que as mulheres aumentaram sua participação na advocacia (de 39,71% em 2002 para 47,7% em 2014). No entanto, os homens ainda são maioria nessa profissão.

Tabela 6 – Proporção de homens (H) e de mulheres (M) que atuam como profissionais da área de ciências jurídicas, ciências exatas, saúde e comunicação nos anos de 2002 e 2014 no Brasil (%)

Profissionais	2002		2014	
	H	M	H	M
Advogado/a	60,29	39,71	52,30	47,70
Juiz	60,61	39,39	61,54	38,46
Dentista	42,38	57,62	43,75	56,25
Médico/a	51,07	48,93	51,00	49,00
Engenheiro/a	82,72	17,28	82,02	16,98
Programador	69,23	30,77	88,75	11,25
Jornalista	50,60	49,40	45,74	54,26

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

A profissão de juiz/a é ocupada majoritariamente pelos homens (60,61% em 2002 e 61,54% em 2014) e a participação das mulheres nessa profissão se reduziu no período analisado. Na medicina e no jornalismo a participação dos homens e das mulheres é bastante próxima. As profissões de programador/a e de engenheiro/a se destacam por uma participação muito maior de homens (Tabela 6).

Apesar da menor participação das mulheres em ocupações que exigem maior escolaridade, elas são, em média, mais escolarizadas. Na Tabela 7, é possível observar a proporção de homens e mulheres conforme os anos de estudo nos anos de 2002 e 2014.



Tabela 7 – Percentual de homens (H) e de mulheres (M) por anos de estudo nos anos de 2002 e 2014 no Brasil

Anos de estudos	2002		2014	
	H	M	H	M
Menos de 1	25,62	23,71	19,85	18,38
1	4,69	3,95	3,2	2,74
2	5,57	5,24	4,01	3,53
3	6,48	6,39	4,68	4,25
4	10,79	10,47	8,43	7,94
5	7,11	6,93	5,98	5,38
6	4,48	4,43	4,1	3,76
7	4,62	4,59	4,17	3,78
8	7,31	7,37	8,79	8,17
9	2,66	2,78	3,27	3,13
10	2,56	2,78	3,09	3,14
11	11,42	13,57	18,62	20,57
12	0,92	1,22	2,07	2,51
13	0,76	0,85	1,38	1,54
14	0,66	0,89	1,26	1,72
15	3,76	4,24	6,89	9,23

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs dos anos de 2002 e 2014.

Nota-se na Tabela 7, que 25,6% dos homens e 23,7% das mulheres tinham menos de um ano de estudo em 2002. No ano de 2014 essa situação melhorou e a proporção, tanto de homens quanto de mulheres, nessa faixa de escolaridade se reduziu. Na faixa de escolaridade de 11 anos ou mais, que representa o ensino superior, a proporção de mulheres é maior nos dois anos analisados. Pode-se observar também que, à medida que a faixa de escolaridade avança, aumenta-se o percentual de mulheres.

Com base na Tabela 7, demonstra-se ainda que o grau de escolaridade aumentou de maneira geral do ano de 2002 para o ano de 2014, com destaque para o

grupo com mais de 11 anos de estudo, ou seja, os indivíduos com curso superior.

Segundo Lima et al. (2013), embora as mulheres tenham uma escolaridade superior a escolaridade dos homens, quando se eleva o nível hierárquico no trabalho, menos mulheres são encontradas. Esta ideia foi evidenciada com os dados apresentados anteriormente.

Com isso, as estatísticas descritivas revelam que no mercado de trabalho brasileiro há segregação de gêneros nos anos de 2002 e 2014. As mulheres estão inseridas principalmente em atividades de serviços domésticos, limpeza, dentre outros. Nas atividades de ensino, a proporção de mulheres diminui na medida em que aumenta o nível de ensino. Por outro lado, os homens ocupam a grande maioria dos cargos de diligências, gerências e de legisladores. Apesar disso, as mulheres apresentaram maior escolaridade média do que os homens. Esses dados revelam que o mercado de trabalho brasileiro discrimina e segrega as mulheres.

5 Considerações finais

O mercado de trabalho brasileiro é historicamente caracterizado pela segregação de gênero. As mulheres ocupam, na sua maioria, determinados postos de trabalho que, em geral, pagam as



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

menores remunerações. Essa inserção desigual das mulheres e a discriminação que elas sofrem foi o tema central desse trabalho.

O objetivo foi identificar se ainda persiste a segregação de gênero no mercado de trabalho brasileiro nos anos de 2002 e 2014. Para isso, foi apresentado um breve histórico da trajetória da inserção das mulheres nesse mercado. Os microdados das PNAD mostraram as ocupações nas quais as mulheres estão inseridas e seus níveis de escolaridade.

Constatou-se que as mulheres ainda ocupam, em sua maioria, as mesmas funções que ocuparam historicamente, como educação e serviços de limpeza, por exemplo. Já nos cargos de diretores/as, gerentes e juízes/as, os homens estão sempre em maior número.

Apesar disso, verificou-se que o nível de escolaridade das mulheres é mais elevado que o dos homens. Isto permite concluir que o mercado de trabalho não avalia somente as qualidades produtivas, mas também o gênero do profissional. As mulheres sofrem discriminação (não explicada por fatores produtivos) uma vez que auferem as menores remunerações e enfrentam dificuldade para ocupar cargos de liderança, mesmo sendo, em média, mais escolarizadas que os homens.

6 Referências

- CHERON, C; EPPING, L. Trabalho, gênero, raça e pobreza na região metropolitana de Porto Alegre: análise da realidade e alternativas para modificá-la. In: I SEMINÁRIO SOCIOLOGIA E POLÍTICA UFPR 2009, Curitiba. Sociedade e política em tempos de incerteza, Curitiba, **Sociologia e Política**, 2009, p. 1-14.
- COSTA, P. L., OLIVEIRA, S. M. A inserção da mulher nos setores de atividade econômica dos mercados de trabalho metropolitanos: reafirmando as desigualdades. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 3, p. 79-93, 2003.
- GALEAZZI, I. M. S. et al. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v.3, 2003.
- HOFFMANN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, v.14, n.2, p.35-58, maio/ago. 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Pesquisa mensal do emprego- PME**. Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Microdados. 2002 e 2014.
- LIMA, G.; CARVALHO NETO, A.; LIMA, M.; TANURE, B.; VERSIANE, F. O teto de vidro das executivas brasileiras. **Pretexto**, Belo Horizonte, v.14, n. 4, p. 65-80, out/ dez 2013.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

MIRANDA, A.; MAFRA, F.; CAPPELLE,
M. Relações de gênero e poder: um estudo
com professoras-gerentes em uma
universidade pública. **Revista**

Administração em Diálogo, São Paulo, v.
14, n. 3, p. 110-136, set/out/nov/ dez 2012.

OLIVEIRA, Z. L. C. Trabalho e gênero: a
construção da diferença. **Mulher e**
Trabalho, Porto Alegre, v. 3, p. 111-117,
2003.

RIBEIRO, R.; ARAÚJO, G. S. Segregação
ocupacional no mercado de trabalho
segundo cor e nível de escolaridade no
Brasil contemporâneo. **Nova Economia**.
v.26 n.1 p.147-177, 2016.